

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DIDÁTICA E QUALIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

INSTITUTIONALIZATION OF DISTANCE EDUCATION: TRAINING, TEACHING PRODUCTION AND QUALITY IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA: FORMACIÓN, PRODUCCIÓN DIDÁCTICA Y CALIDAD EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEÑAS

Verônica Correia da Silva

Universidade Federal de São Carlos | Grupo Horizonte – UFSCar

Gustavo Carvalho Mauricio

Universidade Federal de São Carlos | Grupo Horizonte – UFSCar

Camila Amadi

Universidade Federal de São Carlos | Grupo Horizonte – UFSCar

Daniel Mill

Universidade Federal de São Carlos | Grupo Horizonte – UFSCar

RESUMO. Este artigo propõe uma análise crítica dos desafios enfrentados pela Educação a Distância (EaD) no ensino superior público brasileiro, com ênfase na produção e avaliação de materiais didáticos digitais, bem como nas ações de formação docente e discente. A experiência do ensino durante a pandemia de COVID-19 revelou limitações e potencialidades da modalidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de estudos sobre EaD, institucionalização e qualidade educacional. Parte-se da compreensão de que a institucionalização da EaD é um processo multifacetado e não linear, envolvendo disputas de sentidos, práticas consolidadas e ações estratégicas. Os resultados evidenciam que, embora a EaD tenha avançado em termos de acesso e expansão institucional, ainda enfrenta entraves como a fragmentação das políticas, a ausência de parâmetros claros de qualidade e a carência de programas formativos permanentes. Conclui-se que a institucionalização da EaD no ensino superior público requer políticas estruturantes, compromisso com a formação docente e discente e o reconhecimento da modalidade como componente legítimo do projeto universitário.

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação. Institucionalização. Materiais Didáticos Digitais.

ABSTRACT. This article offers a critical analysis of the challenges faced by Distance Education in Brazilian public higher education, with emphasis on the production and evaluation of digital instructional materials, as well as on teacher and student training initiatives. The experience of teaching during the COVID-19 pandemic revealed both the limitations and the potential of the modality. The research adopts a qualitative, exploratory, and analytical approach, grounded in a literature review and documentary

analysis of studies on DE, institutionalization, and educational quality. It is based on the understanding that the institutionalization of DE is a multifaceted and non-linear process, involving disputes over meaning, established practices, and strategic actions. The findings show that, although DE has advanced in terms of access and institutional expansion, it still faces obstacles such as fragmented policies, the absence of clear quality parameters, and the lack of permanent training programs. The study concludes that the institutionalization of DE in public higher education requires structural policies, a strong commitment to faculty and student training, and the recognition of the modality as a legitimate component of the university project.

Keywords: Distance Education. Training. Institutionalization. Digital Instructional Materials.

RESUMEN. Este artículo propone un análisis crítico de los desafíos que enfrenta la Educación a Distancia (EaD) en la educación superior pública brasileña, con énfasis en la producción y evaluación de materiales didácticos digitales, así como en las acciones de formación docente y estudiantil. La experiencia de enseñanza durante la pandemia de COVID-19 reveló las limitaciones y potencialidades de esta modalidad. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y analítico, basado en una revisión bibliográfica y el análisis documental de estudios sobre EaD, institucionalización y calidad educativa. Parte de la comprensión de que la institucionalización de la EaD es un proceso multifacético y no lineal, que involucra disputas de sentido, prácticas consolidadas y acciones estratégicas. Los resultados evidencian que, si bien la EaD ha avanzado en términos de acceso y expansión institucional, aún enfrenta obstáculos como la fragmentación de las políticas, la ausencia de parámetros claros de calidad y la falta de programas formativos permanentes. Se concluye que la institucionalización de la EaD en la educación superior pública requiere políticas estructurales, compromiso con la formación docente y estudiantil, y el reconocimiento de esta modalidad como un componente legítimo del proyecto universitario.

Palabras clave: Educación a Distancia. Formación. Institucionalización. Materiales Didácticos Digitales.

1INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) emergiu como uma estratégia para a democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e territoriais, como no Brasil. Apesar do avanço das tecnologias digitais e dos marcos legais terem impulsionado sua expansão, o processo de institucionalização ainda enfrenta resistências epistemológicas, políticas e pedagógicas. A pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades estruturais das universidades públicas, a insuficiência na formação docente, assim como revelou a potência da EaD como alternativa formativa.

Entre os elementos determinantes, a produção de materiais didáticos digitais constitui um aspecto central para a qualidade e o reconhecimento institucional da modalidade. Desde que sejam desenvolvidos de forma crítica, dialógica, contextualizada e alinhada aos projetos político-pedagógicos das instituições, esses materiais fortalecem a autonomia discente e a valorização do trabalho docente. Em contrapartida, abordagens tecnicistas e descontextualizadas comprometem a qualidade formativa e a legitimidade da EaD.

Refletir sobre a produção de materiais didáticos implica repensar os caminhos da EaD e seu papel no ensino superior público. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios epistemológicos e institucionais na produção e avaliação de materiais didáticos digitais, considerando sua articulação com a formação de docentes e discentes, e na convergência entre modalidades. O referencial teórico baseia-se em autores como Arruda e Arruda (2015), Behar (2009), Ferreira e Carneiro (2015), Ferreira, Costa e Mill (2021), Lima, Alonso e Moreira (2024), Mill e Veloso (2021, 2022), Nascimento e Vieira (2016), Tolbert e Zucker (1999), entre outros, defendendo que a qualidade educacional ultrapassa métricas técnicas, abrangendo dimensões formativas, sociais e políticas.

Para isso, o texto se estrutura da seguinte forma: apresenta-se, inicialmente, a introdução; em seguida a seção dois com a metodologia da pesquisa de natureza qualitativa, analítica e centrada na análise bibliográfica; a seção três traça um panorama da EaD no Brasil, destacando seus avanços, desafios e perspectivas futuras, com ênfase na institucionalização e no financiamento; a seção quatro discute as fragilidades e possibilidades na formação docente e discente no contexto da modalidade; a seção cinco aborda a produção e avaliação de materiais didáticos digitais como elemento estratégico da EaD e, por fim, a seção seis apresenta as considerações finais, que reafirmam a centralidade de uma produção didática crítica e contextualizada para a consolidação da EaD como parte legítima do projeto universitário público.

2 METODOLOGIA

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada em levantamento e análise bibliográfica. Parte-se do entendimento de que a institucionalização da Educação a Distância (EaD) requer mais do que adaptações operacionais: exige a construção de políticas formativas permanentes, o fortalecimento de estruturas organizacionais e o reconhecimento da modalidade como parte integrante do projeto universitário.

Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa mostra-se adequada para investigar fenômenos complexos, especialmente quando se busca compreender melhor um problema a partir da exploração de um conceito ou fenômeno ainda pouco definido ou sistematizado. Essa abordagem é apropriada em contextos nos quais os fundamentos teóricos não estão claramente estabelecidos, permitindo uma análise aprofundada da realidade em estudo.

Neste sentido a investigação baseia-se na análise de produções teóricas que discutem a EaD em sua interface com a qualidade, a formação docente e discente e o processo de institucionalização da modalidade no ensino superior público brasileiro.

O objetivo do estudo é analisar criticamente os elementos estruturantes da qualidade na EaD no âmbito das universidades públicas, compreendendo que sua consolidação demanda mais do que investimentos em recursos tecnológicos e administrativos, exigindo também diretrizes pedagógicas, políticas institucionais e valorização da dimensão formativa. As obras analisadas foram selecionadas por relevância acadêmica, atualidade e contribuição direta para as temáticas de institucionalização, produção de materiais e formação na EaD, garantindo a diversidade de perspectivas teóricas.

Definida a abordagem e as fontes que sustentam a análise, a próxima seção apresenta um panorama da EaD no Brasil, destacando avanços, desafios e perspectivas para a sua institucionalização.

3 A EAD NO BRASIL: Desafios, avanços e perspectivas da institucionalização

A EaD no Brasil é marcada por avanços impulsionados por políticas públicas, como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que fomentou a expansão da modalidade. Ferreira e Carneiro (2015) destacam o papel estratégico da UAB na formação docente e na organização institucional da EaD.

Nesse mesmo sentido, Chaquime et al. (2025) apontam que a implementação do sistema foi um dos principais elementos externos que favoreceram essa expansão nas universidades públicas. No entanto, os autores alertam que essa expansão veio acompanhada de forte dependência dos recursos do programa, o que gerou fragilidade institucional e incertezas quanto à continuidade da oferta dos cursos.

Como apontam Veloso et al. (2023), os desafios enfrentados pela EaD nas instituições públicas decorrem de um modelo de financiamento que institucionaliza a precariedade, uma lógica de funcionamento marcada pela instabilidade e pela dependência de políticas públicas frágeis. O próprio Sistema UAB, limita a autonomia institucional e reforça práticas burocráticas que dificultam a incorporação orgânica da modalidade à matriz orçamentária e ao projeto político-pedagógico institucional.

Nesse contexto, torna-se essencial refletir criticamente sobre essas limitações e atuar estrategicamente para superá-las. A institucionalização da EaD pode ser entendida como um processo histórico e dinâmico, mediado pelas ações dos sujeitos envolvidos e ancorado na construção coletiva de políticas e práticas pedagógicas coerentes com as especificidades da modalidade. A ausência dessas diretrizes impacta diretamente a formação dos sujeitos envolvidos na EaD e evidencia a urgência de políticas estruturantes baseadas na pesquisa educacional e na atuação institucional, como discutido a seguir.

Lima, Alonso, Moreira, (2024) alertam para os desafios desse sistema, como a fragilidade da autonomia institucional e a dificuldade de integração com o ensino presencial. O modelo de financiamento baseado em editais limita a institucionalização da EaD nas instituições públicas. Como destacam Ferreira, Costa e Mill (2021), a ausência de políticas permanentes inviabiliza uma gestão estratégica e sustentável da modalidade. Para Arruda e Arruda (2014, p. 334),

Isso significa dizer que ela deve ter uma organização sólida, que envolva ensino, pesquisa e extensão, uma clareza quanto ao papel dos diferentes profissionais envolvidos, bem como um amplo processo de institucionalização, para que ela deixe de ser considerada “política emergencial”.

Mill e Veloso (2022) argumentam que a institucionalização da EaD é um processo essencialmente dialético repleto de contradições e permeado pelas idiossincrasias dos egos e relações humanas. Essa perspectiva dialoga com Tolbert e Zucker (1999), que descrevem a institucionalização em três estágios subsequentes: o pré-institucional, em que as práticas surgem como respostas pontuais a problemas específicos; o semi-institucional, quando essas práticas passam a ser difundidas e ganham maior estruturação dentro dos processos organizacionais; e, por fim, o estágio institucionalizado, em que as práticas passam a ser tratadas como normas, incorporadas à cultura organizacional e reproduzidas de forma segura e sólida pela instituição.

Durante estes estágios, desenvolve-se um conjunto de processos que os autores chamam de habitualização, objetivação e sedimentação¹, que indicam que a

¹ De acordo com Tolbert e Zucker (1999), habitualização se refere ao “desenvolvimento de comportamentos padronizados de resolução de problemas e sua associação a estímulos específicos;” (tradução nossa), objetivação é o “desenvolvimento de significados sociais compartilhados e generalizados associados a esses comportamentos, um passo necessário para que as ações possam ser transplantadas para contextos distintos de onde se originaram” (tradução

institucionalização pode ter graus variados de completude e estruturação. A partir dessa lógica, Mill e Veloso (2022) argumentam que, uma vez consolidada, a EaD deixa de ser tida como um projeto isolado e passa a estar incorporada ao núcleo da estrutura institucional, voltando o foco da instituição para o processo formativo e não para as diferenças entre modalidades.

Conforme reforçam Chaquime et al. (2025), a integração orgânica da EaD à estrutura universitária, com suporte financeiro, tecnológico e pedagógico adequado, contribui significativamente para a elevação da qualidade dos cursos. Isso se deve ao reconhecimento da EaD como uma modalidade legítima de ensino, equivalente aos padrões de qualidade dos cursos presenciais. No campo formativo, Preti (2003) e Behar (2009) defendem que cursos a distância devem promover não apenas capacitação técnica, mas uma formação inicial e continuada voltada para o uso crítico das tecnologias de forma dialógica e centrada no aprendiz. Para Behar (2009), isso implica adotar modelos pedagógicos que articulem metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias de acompanhamento contínuo, assegurando a coerência entre objetivos, conteúdos, atividades e formas de avaliação no ambiente virtual.

Contudo, para que tais diretrizes formativas se efetivem são necessárias políticas de financiamento estáveis e integradas à matriz orçamentária das instituições públicas. Conforme afirma Lima Alonso e Moreira (2024, p. 40):

Em contrapartida, tratando-se do sistema UAB, é urgente que o financiamento da oferta da EaD seja incorporado à matriz orçamentária das instituições públicas, renunciando-se a ideia de editais esporádicos constituidores de um modelo de oferta regulado pelo financiamento, de modo que as instituições possam de fato institucionalizar a formação por meio dela.

Além disso, Nascimento e Vieira (2016) argumentam que o financiamento deve contemplar não apenas o ensino, mas também outras dimensões da vida acadêmica, como permanência e formação global dos estudantes. A institucionalização da EaD requer mais que regulamentações: exige estrutura física e tecnológica, unidades gestoras próprias, reconhecimento da carreira docente e valorização pedagógica. Quando a institucionalização não avança, tendem a persistir problemas como formação superficial,

nossa) e sedimentação são os processos que levam às ações à exteriorização, ou seja, à disseminação das ações entre os membros da organização.

sobrecarga para docentes e equipes envolvidas e dificuldade de garantir experiências acadêmicas consistentes.

A institucionalização da EaD para Chaquime et al. (2025) deve ser entendida como uma consolidação complexa, essencial não apenas para ampliar a oferta de cursos e vagas no ensino superior, mas, sobretudo, para garantir a qualidade da formação oferecida. A inserção da EaD como uma modalidade legítima, perene e integrada às instituições educacionais deve atender de forma efetiva às demandas sociais e educacionais.

A falta de diretrizes sobre a organização didático-pedagógica da EaD e a ausência de ações permanentes indicam que ainda não há uma política pública para essa modalidade. Essa situação favorece uma expansão orientada mais pelo número de vagas do que pela qualidade da formação.

A análise das condições estruturais e políticas que moldam a EaD no Brasil evidencia que a consolidação da modalidade depende não apenas de financiamento e reconhecimento institucional, mas também da integração entre qualidade pedagógica e práticas formativas, dimensão que, segundo Behar (2009), deve estar ancorada em modelos pedagógicos consistentes que garantam coerência e relevância para o contexto educacional. Esse último aspecto será aprofundado na seção seguinte, que trata da formação docente e discente entre as diretrizes políticas e a prática cotidiana.

4 FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE: Entre a Política e a Prática

As fragilidades apontadas na formação docente na EaD reforçam a necessidade de programas institucionais permanentes, que articulem saberes técnicos, didáticos e contextuais. Arruda e Arruda (2015) destacam que, embora a EaD tenha ampliado a formação inicial de professores, ainda carece de programas que integrem ensino, pesquisa e extensão. Está fragmentada e distante das demandas da prática pedagógica mediada por tecnologia, compromete a efetividade da atuação docente.

A carência de programas formativos contínuos para docentes e estudantes é um entrave significativo no contexto da EaD pública brasileira. Isso se expressa, de um lado, na dificuldade de adaptação docente às especificidades da EaD e, de outro, na limitação do desenvolvimento de competências de autonomia e criticidade pelos estudantes.

Do ponto de vista dos estudantes, também se observa a carência de programas formativos contínuos, essenciais para o desenvolvimento de competências específicas para a aprendizagem a distância. Como afirmam Branco, Conte e Habowski (2020, p. 18):

Tudo indica que as maiores causas da evasão estão nas incomunicações e nos currículos engessados, nas aulas de EaD em forma de monólogos didáticos fixos e predefinidos, unidimensionais e lineares, ou seja, a origem da evasão está em manter a rigidez computadorizada e a visão de aluno como máquina pensante, desconectada das questões sociais e culturais, das formas de vida e dos jogos de linguagem dos estudantes.

Isso evidencia que a evasão na EaD não se limita a questões de ordem pessoal ou financeira, mas reflete lacunas pedagógicas e de comunicação que demandam ações institucionais estruturadas para seu enfrentamento. Diante disso, promover o uso adequado das plataformas e ferramentas digitais, estimular estratégias de autogestão da aprendizagem, como a organização do tempo, e desenvolver competências relacionadas ao letramento e à cidadania digital, voltadas à segurança, à ética e à comunicação online são ações fundamentais para viabilizar a permanência dos estudantes e a própria sustentabilidade da EaD.

Essas fragilidades e potencialidades na formação de professores e estudantes apontam para a necessidade de estratégias que fortaleçam os recursos e as metodologias utilizadas na EaD. Para Arruda e Arruda (2015) a democratização da educação se difere da massificação da educação na sua origem. Nesse sentido, a produção e a avaliação de materiais didáticos digitais assumem papel estratégico, como será discutido a seguir.

5 PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS

A consolidação da Educação a Distância (EaD) nas universidades públicas exige uma abordagem articulada entre qualidade pedagógica, produção de materiais, estrutura institucional e valorização da pesquisa educacional.

A qualidade dos materiais digitais é elemento-chave da EaD. Segundo Behar (2009), eles devem integrar metodologias ativas, acessibilidade e usabilidade. Moran (2002) complementa que a mediação pedagógica precisa ser intencional, indo além da mera digitalização do ensino presencial. No entanto, muitas universidades carecem de políticas claras sobre autoria, atualização e avaliação desses materiais, o que compromete a institucionalização da modalidade.

Ferreira, Costa e Mill (2021), apontam que a ausência de critérios consolidados para a produção e avaliação de materiais digitais compromete diretamente a qualidade da EaD, dificultando a estruturação e o reconhecimento da modalidade como uma alternativa legítima e inovadora. Além disso, a centralização da produção de materiais em órgãos gestores, sem diretrizes pedagógicas claras e participação efetiva dos departamentos, resulta frequentemente na mera digitalização de conteúdos, comprometendo a intencionalidade formativa.

A consolidação de diretrizes claras para a autoria, atualização e avaliação de materiais didáticos digitais é condição essencial para sustentar a qualidade da EaD. Ao articular esses elementos com as políticas de formação e com a institucionalização da modalidade, é possível avançar para as considerações finais desta análise.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a institucionalização da Educação a Distância (EaD) no ensino superior público brasileiro permanece como um processo inacabado, atravessado por tensões estruturais, políticas e pedagógicas. Apesar da expansão da modalidade nos últimos anos, especialmente por meio do sistema UAB, essa ampliação não foi acompanhada por políticas institucionais contínuas que garantam sua consolidação com qualidade. Persistem lacunas como a ausência de diretrizes claras de qualidade, a fragilidade na articulação com os projetos político-pedagógicos das instituições e o reconhecimento ainda limitado da EaD como dimensão legítima da missão universitária.

A institucionalização da EaD é multifacetada e não linear. Manifesta-se nas disputas de sentidos e nas resistências observadas, que se traduzem em políticas fragmentadas e na carência de programas formativos permanentes. A pesquisa reitera que a EaD, ao desafiar modelos tradicionais de ensino, incita um processo dialético onde as contradições, como a dependência do financiamento por editais e o tratamento da EaD como uma política emergencial, são a própria força motriz do avanço ou da estagnação da modalidade no contexto público. Essa dinâmica exige que as universidades públicas compreendam a EaD não como um anexo, mas como um componente legítimo do seu projeto universitário, capaz de impulsionar a inovação e a democratização do acesso.

A produção e a avaliação de materiais didáticos digitais, foco central deste estudo, revela-se como um elemento estratégico nesse processo. Quando concebidos com autoria docente, intencionalidade pedagógica e sensibilidade à realidade dos estudantes, os materiais reforçam a aprendizagem e contribuem para o reconhecimento da modalidade. No entanto, abordagens tecnicistas e descontextualizadas comprometem sua efetividade e fortalecem percepções negativas sobre a EaD.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321–338, jul. 2015.
- BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C.. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 25, n. 1, p. 132–154, jan. 2020.
- BEHAR, P. A. Modelos pedagógicos para a Educação a Distância: análise de propostas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CHAQUIME, L. P.; CORASSA, M. A. de C.; MATTA, C. E. da; GARBE, G. G. Institucionalização da EaD: perspectivas para se pensar a qualidade da modalidade. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, [S. l.], v. 12, 2025. Disponível em: <https://www.aunired.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/1093>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 01-243.
- FERREIRA, M.; CARNEIRO, T. C. J. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. *Educação Unisinos*, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015.
- FERREIRA, M.; COSTA, M. R. M.; MILL, D. Reflexões necessárias e urgentes acerca da gestão da EAD no Brasil. *Plurais - Revista Multidisciplinar*, Salvador, v. 6, n. 3, 2021. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n3.13242. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/13242>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- LIMA, D. da C. B. P.; ALONSO, K. M.; MOREIRA, J. A. M. Idiossincrasias da qualidade da Universidade Aberta do Brasil e um olhar sobre o modelo de Portugal: concepções e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, p. e284780, 2024.
- MILL, D.; VELOSO, B. Reflexões sobre a institucionalização da modalidade de Educação a Distância. In: MILL, Daniel; SANTIAGO, Glauber (org.). *Luzes sobre a Gestão da Educação a Distância: uma visão propositiva*. São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021. p. 95-113.

MILL, D.; VELOSO, B. Institucionalização da educação a distância pública enquanto fenômeno essencialmente dialético. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 38, e33842, 2022.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2002.

NASCIMENTO, J. P. R. do; VIEIRA, M. das G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 91, p. 308–336, jun. 2016.

PRETI, O. Educação a distância: novos horizontes da democratização do ensino. Cuiabá: EdUFMT, 2003.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. The Institutionalization of Institutional Theory. In: *Handbook of Organization Studies*. London: Sage, 1999

VELOSO, B.; FERREIRA, M.; SILVA FILHO, O. L. d.; MILL, D. Institucionalização da Educação a Distância como Prática de Gestão: Implicações e Transições Decorrentes da Pandemia de COVID-19. *Revista Interacções*, [S. l.], v. 19, n. 64, p. 1–23, 2023. DOI: 10.25755/int.30739. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/30739>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Sobre os autores

Verônica Correia da Silva

Mestranda em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora pelo Grupo Horizonte da UFSCar. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: ve.correia@gmail.com

Gustavo Carvalho Mauricio

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador pelo Grupo Horizonte da UFSCar e do Grupo CONNECTAR, da UNITINS. Graduado em Computação - Licenciatura - Claretiano Centro Universitário. Especialista em Desenvolvimento de Software para Web pela UFSCar e Especialista em Gestão Pública pela UFSCar. Atualmente sou técnico em tecnologia da informação da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: gcmauricio@ufscar.br

Camila Amadi

Graduada em Direito pela UNIFIEO e possui especialização em Direito Processual Civil pela mesma instituição. Especialista em Educação e Tecnologias pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, com ênfases em Gestão da Educação a Distância e Design Instrucional, e especialista em Didática para o Ensino Superior pela UNIFIEO. Membro do Grupo Horizonte - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens da UFSCar. É coautora do livro *Reflexões e Estratégias sobre Educação, Pandemia e Tecnologias Digitais*, e certificada pelo programa *Futures Thinking Specialization*, do Institute for the Future (ITF). Atualmente, é Diretora Editorial no

GENGrupo Editorial Nacional, onde lidera projetos estratégicos no mercado educacional e editorial sob os selos Atlas, Forense, Método e Saraiva.

E-mail: camila.amadi@gmail.com

Daniel Mill

Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com formação e expertise em Educação a Distância e integração de tecnologias no ensino-aprendizagem. Doutor em Educação pela UFMG, com pós-doutorados pela Universidade de Coimbra e Universidade Aberta de Portugal. Desde 2007, é líder-fundador do Grupo Horizonte (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação e também já atuou por vários anos no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Como pesquisador, tem particular interesse pela interseção entre as temáticas: Educação, Tecnologias e Linguagens; com especial atenção aos temas aprendizagem significativa, gestão, trabalho docente, cognição, educação a distância, metodologias ativas, entre outros assuntos correlatos.

Email: mill@ufscar.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.